

Sob análise da Agência Nacional de Saúde (ANS), a proposta de criação dos chamados planos de saúde acessíveis tem gerado muita polêmica. Para representantes das empresas ele é visto como necessário para baratear custos e recompor a base de clientes, prejudicada pela perda, desde 2014, de mais de 2,5 milhões de usuários que possuíam planos corporativos e ficaram sem emprego. Para entidades como o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), porém, a ideia é um retrocesso que retira direitos dos consumidores conquistados desde 1998 com a lei 9656, que regula planos e seguros privados.

Leia [aqui](#) a matéria na íntegra.

Fonte: [Valor Econômico](#), em 21.03.2017.